

EDITAL DE LEILÃO – BEM IMÓVEL

Autos: 0803187-82.2014.8.12.0001

Ação: Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços

Exequente(s): PRONCOR - Unidade Intensiva Cardiorespiratória S/S

Executado(s): ESPÓLIO DE PEDRO ALVES PACHECO e Wild Pacheco

Juliano Rodrigues Valentim, Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, da comarca de Campo Grande (MS), com endereço Rua da Paz, nº 14, 2º Andar - Bloco I, Jardim dos Estados - CEP 79002-919, Fone: 3317-3359, Campo Grande-MS - E-mail: cgr-3vciv@tjms.jus.br, na forma da Lei, etc.

Faz saber a todos que haverá o início do **1º (primeiro) Leilão a partir da data da afixação do Edital de Leilão em local de costume ou da sua publicação, com encerramento no dia 03/11/2026 às 13:00 horas, não havendo licitante prosseguirá a captação de lances para o 2º (segundo) Leilão, até o dia 03/11/2026, com encerramento às 15:00 horas**, será(ão) levado(s) a Leilão, na modalidade **ELETRÔNICA**, através da internet, por meio do site www.mariafixerleiloes.com.br, a ser realizado pela Leiloeira Pública Oficial, Conceição Maria Fixer, devidamente inscrita na JUCEMS sob n.º 11/2003, o bem descrito abaixo, consoante determinação constante dos Autos de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA n.º 0803187-82.2014.8.12.0001 que PRONCOR UNIDADE INTENSIVA CARDIORESPIRATÓRIA S.A. (CNPJ: 03.121.241/0001-87) promove contra ESPÓLIO DE PEDRO ALVES PACHECO (CPF: 024.823.121-91), WILD PACHECO (CPF: 436.877.841-34).

DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): Casa de material, coberta de telhas, contendo varanda, sala, 03 quartos, copa-cozinha, banheiro, situada à Rua Alexandre Fleming (antiga Avenida Terceira), nº 665, edificada no lote nº 5-D (cinco-D) da quadra nº 11 (onze) da Vila Bandeirantes, Campo Grande/MS, medindo 15,00 (quinze) metros de frente por 20,00 (vinte) ditos de frente aos fundos e área total de 300,00 metros quadrados, limitando-se: Frente, com a Rua Alexandre Fleming (antiga Avenida Terceira); fundos, com parte dos lotes nºs 06 e 20; lado esquerdo, com o lote nº 5-C e lado direito, com o lote nº 04. Obs.: Trata-se de um imóvel urbano com 300m² de área total, contendo uma casa térrea, padrão popular em alvenaria, possuindo área construída de 270m², não sendo possível verificar o estado de conservação interno, entretanto, o local precisa de manutenção conforme marcas de infiltração na fachada. O imóvel possui como melhorias abastecimento de água, energia elétrica, coleta de lixo, iluminação pública e asfalto. Imóvel matriculado sob o nº 1.690, Livro nº 2, do Cartório de Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição de Campo Grande/MS.

AValiação: R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais), em 25 de maio de 2026.

LANCE MÍNIMO 2º LEILÃO: R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

LOCALIZAÇÃO DO BEM: Rua Alexandre Fleming (antiga Avenida Terceira), nº 665, Vila Bandeirante, Campo Grande/MS.

DEPOSITÁRIO: WILD PACHECO, Rua Cyro Bueno, nº 667, Bairro Planalto, Campo Grande/MS.

Modelo 504854 -M28224 -

Endereço: Rua da Paz, nº 14, 2º Andar - Bloco I, Jardim dos Estados - CEP 79002-919, For
Campo Grande-MS - E-mail: cgr-3vciv@tjms.jus.br





ÔNUS: Hipoteca em favor de Francisco Andrade de Medeiros; Penhora nos autos nº 0826344-07.2002.8.12.0001 (001.02.826344-9), em trâmite na Vara de Execução Fiscal da Fazenda Pública Municipal de Campo Grande/MS; Caução Judicial nos autos nº. 0104835-27.2003.8.12.0001 (2007.027565-3/0002.00 (origem: 001031048359), em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Inventário nos autos nº 0039770-70.2012.8.12.0001, em trâmite na 2ª Vara de Sucessões de Campo Grande/MS; Outros eventuais constantes na Matrícula Imobiliária.

AÇÕES CÍVEIS EM NOME DO EXECUTADO WILD PACHECO: Cumprimento de Sentença nos autos nº 0027068-92.2012.8.12.0001, em favor de Euripedes Luiz de Freitas, em trâmite na 13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Cumprimento de Sentença nos autos nº 0052844-94.2012.8.12.0001 (Suspensão), em favor de Nelson Dorigatti, em trâmite na 6ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Procedimento Comum Cível nos autos nº 0813208-83.2015.8.12.0001 (Julgado), em favor de José Cesar Gimenez, em trâmite na 7ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Usucapião nos autos nº 0816382-27.2020.8.12.0001 (Julgado), em favor de Wilson Torres Martins, em trâmite na 13ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Cumprimento de Sentença nos autos nº 0820706-41.2012.8.12.0001 (Suspensão), em favor de Etienne de Albuquerque Palhano, em trâmite na 14ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Usucapião nos autos nº 0825487-38.2014.8.12.0001, em favor de Noel Inácio da Silva, em trâmite na 9ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Procedimento Comum Cível nos autos nº 0832073-91.2014.8.12.0001, em favor de Alexander Martins Gonçalves, em trâmite na 10ª Vara Cível da Comarca de Campo Grande/MS; Execução de Título Extrajudicial nos autos nº 0052894-28.2009.8.12.0001 (Suspensão), em favor de Ricardo Augusto Nascimento Pegolo dos Santos, em trâmite na 2ª Vara de Execução de Título Extrajudicial, Embargos e demais Incidentes de Campo Grande/MS.

DÉBITOS DE IMPOSTOS E TAXAS: Eventuais constantes na Prefeitura Municipal.

DÉBITO DA EXECUÇÃO: R\$ 89.503,06 (oitenta e nove mil, quinhentos e três reais e seis centavos), em 18 de setembro de 2026.

Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas.

Para o caso de arrematação, a comissão devida será de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, não se incluindo no valor do próprio lance, a ser paga no prazo de 24 (vinte e quatro) horas pelo arrematante através de depósito na conta desta Leiloeira CONCEIÇÃO MARIA FIXER (CPF: 754.820.709-30), Banco Caixa Econômica Federal, AG: 2320, Conta: 002087-4, Operação: 013; Nas hipóteses de pagamento do débito pelo devedor ou homologação de qualquer tipo de acordo, após as publicações dos editais e com pedido de suspensão da hasta pública designada, a comissão será quitada pela parte devedora, salvo estipulação em contrário das partes, no mesmo percentual de 5 (cinco), na forma do artigo 10º, do Provimento 375, de 23 de agosto de 2016, com a redação que lhe foi dada pelo Provimento 379, de 27/09/2016, ambos do Conselho Superior da Magistratura. Em ambas as hipóteses, a comissão será paga diretamente ao leiloeiro público oficial, vindo aos autos tão somente a prova documental



de sua efetivação para que seja liberado o bem ora penhorado. O leilão judicial designado somente será suspenso ou cancelado com a demonstração do pagamento da comissão devida; O valor atribuído ao bem poderá ser corrigido monetariamente até a data do leilão seguindo o mesmo rumo dado ao débito cobrado.

O recebimento de lances será imediatamente após a comunicação da afixação do edital no átrio do fórum, nos termos do artigo 21, inciso V, do Provimento 375/2016, do Conselho Superior da Magistratura.

Em primeiro leilão, o valor do lance não poderá ser inferior a avaliação efetuada e, não ocorrendo a venda na primeira data agendada, seguir-se-á o segundo leilão, conforme data supra mencionada, cuja arrematação, nesta hipótese, ocorrerá em favor daquele que maior ofertar (art. 891 do CPC), cujo lance, para ser homologado, não poderá ser inferior a 50% (cinquenta por cento) da avaliação.

PARCELAMENTO COM BASE NO ARTIGO 895 DO CPC: A arrematação será feita pela melhor oferta, mediante pagamento à vista (art. 892 do NCPC/2015). Em caso de imóveis e veículos com avaliação igual ou superior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), o pagamento poderá ser parcelado em primeiro leilão por valor não inferior ao da avaliação e, em segundo leilão, pelo maior lance, desde que não considerado vil, conforme art. 895, I e II, do CPC, nas seguintes condições:

Imóveis: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 30 (trinta) meses;

Veículos: O arrematante deverá pagar 25% do valor do lance à vista e o restante parcelado em até 6 (seis) meses;

Imóveis e veículos: As prestações são mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 1.000,00 cada;

Imóveis e veículos: Ao valor de cada parcela, será acrescido o índice de correção monetária da IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo;

Caução para imóveis: Será garantida a integralização do lance por hipoteca judicial sobre o próprio bem imóvel, através de hipoteca na matrícula, no momento do registro da carta de arrematação;

Caução para veículos: Será garantida através de caução idônea (exemplo de caução idônea: seguro-garantia, fiança bancária, imóvel em nome do arrematante ou de terceiro, com valor declarado igual ou superior a 03 (três) vezes o valor da arrematação), caução esta condicionada à aceitação e homologação pelo juízo. Não sendo apresentado caução idônea, ou, não sendo a caução apresentada aceita pelo juízo, a expedição da Carta de Arrematação e posse do veículo somente ocorrerá após comprovação da quitação de todos os valores da arrematação;

Sanções em caso de atraso ou não pagamento do parcelamento: No caso de atraso ou não pagamento de qualquer das prestações, incidirá multa de 10% (dez por cento) sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, autorizando o exequente a pedir a resolução da arrematação ou promover, em face do arrematante, a execução do valor devido, devendo ambos os pedidos serem formulados nos autos do processo em que se deu a arrematação. Em qualquer caso, será imposta a perda dos valores já pagos em favor do exequente e Leiloeira, voltando os bens a novo leilão, do qual não serão admitidos a participar o arrematante e o fiador remissos;

OBS. Sobre direito de preferência: Lances à vista sempre terão preferência, bastando igualar-se ao último lance ofertado, o que não interfere na continuidade da disputa.



Quem pretender arrematar dito(s) bem(ns), deverá ofertar lances, exclusivamente pela Internet através do site www.mariafixerleiloes.com.br, a partir da data de início da captação dos lances, até seu encerramento, conforme previsto neste edital, devendo para tanto o(s) interessado(s) efetuar(em) cadastramento prévio no prazo de até 24 horas de antecedência da data agendada para realização do leilão.

Fica a Leiloeira autorizada a requisitar dos licitantes referências bancárias, idoneidade financeira e demonstrar inexistência de restrição em registro de cadastro de proteção ao crédito. Caso não seja apresentada a documentação solicitada, o parcelamento poderá não ser autorizado.

Ficam desde já cientes os interessados de que os lances oferecidos via INTERNET não garantem direitos ao participante em caso de insucesso do mesmo por qualquer ocorrência, tais como, na conexão de internet, no funcionamento do computador, na incompatibilidade de software ou quaisquer outras ocorrências. Desse modo, o interessado assume os riscos oriundos de falhas ou impossibilidades técnicas, não sendo cabível qualquer reclamação posterior.

REQUISITOS MÍNIMOS DO SISTEMA PARA PARTICIPAR DO LEILÃO ATRAVÉS DO SITE:

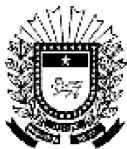
- Conexão dedicada de no mínimo 1Mbps (com áudio e vídeo);
- Computador ou dispositivo com no mínimo 1 GB de memória reservado só para o navegador;
- Navegador com as últimas atualizações, podendo ser Chrome, Firefox, Edge ou Safari.

Para que haja o encerramento do lote, este deverá permanecer por 03 (três) minutos sem receber outra oferta, mas, sobrevivendo lança durante esses 03 (três) minutos que antecedem o final da alienação judicial eletrônica, o horário de fechamento do leilão ocorrerá nos 03 (três) minutos seguintes e assim sucessivamente até que não ocorra nova oferta.

Após a homologação do lança vencedor, o arrematante será comunicado por e-mail de que terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para efetuar os respectivos depósitos. Um relativo ao lança ofertado e o outro correspondente a comissão da Leiloeira, estipulado, como dito, em 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação do bem.

Não sendo efetuado o depósito, a leiloeira comunicará imediatamente o fato ao juízo, informando também os lanços imediatamente anteriores para que sejam submetidos à sua apreciação, sendo que poderá homologar a arrematação ao segundo colocado, mediante sua concordância e desde que o lança oferecido seja, no mínimo, de valor igual à avaliação, se na primeira data ou, de 50% (cinquenta por cento) do valor da avaliação, se na segunda, sem prejuízo da aplicação da sanção prevista no art. 897 do Novo Código de Processo Civil.

De acordo com o art. 32 do Provimento nº. 375/2016 do Conselho Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso do Sul, o arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul – PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa



de fraude a leilão público (artigos 335 e 358 do Código Penal) e também por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão, aí incluída a comissão da Leiloeira (art. 23 da LEF).

O auto de arrematação será emitido pela Leiloeira que assinará juntamente com o Juiz, ficando dispensada as demais assinaturas referidas no artigo 903 e artigo 30 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016. Haja vista que, conforme ofício-circular nº. 126.664.075.0034/2017, a assinatura do arrematante não será obrigatória em se tratando de leilão eletrônico, para tanto, deverá o arrematante outorgar poderes à Leiloeira oficial para fazê-lo em seu nome.

Aos interessados em arrematar bens que os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse, e bem assim os relativos a taxa pela prestação de serviços de tais bens, ou a contribuição de melhoria, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, por eles não respondendo o adquirente (art. 130, parágrafo único, CTN).

Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos necessários para imissão na posse do bem e relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial do bem arrematado, cujos atos só serão permitidos após a expedição da respectiva carta de arrematação ou ordem de entrega.

VENDA DIRETA: Restando negativo o leilão, fica desde já autorizada a venda direta, observando-se as regras gerais e específicas já fixadas para o leilão, inclusive os preços mínimos. O prazo da venda direta é de 60 (sessenta) dias, sendo fechada em ciclos de 15 dias cada. Não havendo proposta, o novo ciclo será reaberto, até o prazo final, aplicando-se por analogia o artigo 880 do CPC c/c art. 375 da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional do TRF da 4ª Região, aprovada pelo Provimento nº 62, de 13/06/2017.

A Leiloeira Pública Oficial não se enquadra na condição de fornecedora, intermediadora, ou comerciante, sendo mera mandatária, ficando assim eximida de eventuais responsabilidades por vícios, defeitos ocultos ou não no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações troca, consertos, conformidade com a resolução nº 236 de 13/07/2016 do CNJ.

Conforme disposto no art. 40 do Decreto-Lei nº 21.981/32, que regulamenta a profissão da leiloaria e o art. 653 do Código Civil, a atuação da Leiloeira Oficial ocorre por mandato, ou seja, apenas realiza a intermediação da oferta dos bens, conforme as regras determinadas pelo juízo responsável pelo processo e as características certificadas nos autos. Portanto o leiloeiro oficial não se enquadra nas condições de fornecedor, intermediário, ou comerciante, ficando assim eximido de eventuais responsabilidades por vícios/defeitos ocultos ou não, no bem alienado, como também por reembolsos, indenizações, trocas, consertos e compensações financeiras de qualquer hipótese, nos termos do art. 663, do Código Civil Brasileiro, não se sujeitando, ainda, às normas do Código do Consumidor, por não se tratar a compra em leilão judicial de relação de consumo.

Por este motivo, não cabe qualquer responsabilização desta profissional quanto a demora na posse ou transferência do(s) bem(ns) arrematado(s), divergências entre as



características encontradas nos bens recebidos em relação às características constantes em edital, vícios ocultos, emissão de documentos, baixas de restrições ou outras questões que recaiam sobre a arrematação.

Todas as informações necessárias para a participação dos licitantes no leilão, bem como quanto aos procedimentos e regras adotadas para sua validade, poderão ser obtidas através da Central de Atendimento da Leiloeira, telefones 0800-707-9339. O presente edital estará disponível na íntegra através dos sítios www.mariafixerleiloes.com.br. Também é possível encaminhar e-mails com dúvidas à central, através do link “Fale Conosco”, ou diretamente pelo endereço contato@mariafixerleiloes.com.br.

INTIMAÇÃO: Fica desde logo intimado o executado ESPÓLIO DE PEDRO ALVES PACHECO (CPF: 024.823.121-91) e seu(a) cônjuge se casado(a) for; WILD PACHECO (CPF: 436.877.841-34) e seu(a) cônjuge se casado(a) for; bem como eventuais: coproprietários; proprietário de terreno e/ou titular de: usufruto, uso, habitação, enfiteuse, direito de superfície, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso; credor pignoratício, hipotecário, anticrético, fiduciário ou com penhora anteriormente averbada; promitente comprador/vendedor; União, Estado e Município no caso de bem tombado, das datas acima, se por ventura não forem encontrados para a intimação pessoal, bem como para os efeitos do art. 889, inciso I, do Código de Processo Civil/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação do(s) bem(ns), poderá(ão) remir a execução, consoante o disposto no art. 826 do Código de Processo Civil/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no § 1º do art. 903 do CPC será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, § 2º do Código de Processo Civil/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será publicado e afixado na forma da Lei. A Leiloeira, por ocasião do leilão, fica desde já, desobrigado a efetuar a leitura do presente edital, o qual se presume seja de conhecimento de todos os interessados. Não se realizando o leilão por qualquer motivo, o juiz mandará publicar a transferência, observando-se o disposto no art. 887.

Campo Grande (MS), 01 de outubro de 2026.

Juliano Rodrigues Valentim
Juiz(a) de Direito
(assinado por certificação digital)